



“Sustentabilidade com responsabilidade ecológica e ambiental”

- MOÇÃO TEMÁTICA -

1º Subscritor: José Luís Albuquerque - Militante 28.228

Santarém, 02 de janeiro de 2024



“Sustentabilidade com responsabilidade ecológica e ambiental”

Portugal tem vindo a assistir à instalação selvagem de parques solares que, apesar da sua importância para a independência energética da nação, são instalados muitas vezes em RAN - Reserva Agrícola Nacional ou REN - Reserva Ecológica Nacional e em dimensões cujo impacto é considerável e impossível de ignorar.

Desde Gonçalo Ribeiro Telles, o pai da ecologia nacional, fundador com Francisco Sá Carneiro da AD - Aliança Democrática - a verdadeira AD, não o sucedâneo criado pelos desesperados pela sobrevivência política, usurpando um nome que representa princípios e valores que estão longe de ser os seus - responsável pela criação destes instrumentos de classificação e salvaguarda do território (RAN e REN), que o tema ambiente é uma bandeira da direita.

O partido CHEGA!, como defensor da cultura e valores tradicionais, reconhece a importância de proteger a herança natural para as gerações futuras, a proteção do meio ambiente, a sustentabilidade e a conservação e a preservação dos recursos naturais.

Sabendo que:

1 - Assistimos à substituição de floresta, terrenos agrícolas, dunas, ecossistemas, por painéis solares,

2 - É notável a perda de biodiversidade, pela ocupação de terrenos vastos de RAN e REN, por parques solares, com relevância ecológica para muitas espécies, com perda significativa de área florestal importante para o sequestro de carbono, originando ainda paisagens artificiais com impacto visual negativo,

3 - Não se diminui a pegada carbónica cortando árvores e plantando painéis solares. O abate de árvores para dar espaço a parques solares pode, paradoxalmente, anular os benefícios ambientais esperados da geração de energia solar. O processo de produção, instalação e manutenção dos painéis solares, combinado com a perda de sumidouros de carbono devido ao abate de árvores, pode resultar numa pegada de carbono líquida questionável ou até mesmo negativa. A remoção de árvores maduras reduz a capacidade do ecossistema de absorver dióxido de carbono, contrariando os objetivos de mitigação das mudanças climáticas,

4 - O abate de árvores, além de comprometer a captura de carbono, tem um impacto negativo na qualidade do ar. As árvores desempenham um papel essencial na filtragem do ar e a sua remoção para dar lugar a parques solares pode resultar em níveis mais elevados de poluentes atmosféricos, prejudicando a saúde humana e a qualidade do ambiente,

5 - As populações locais não são ouvidas e o parecer das próprias autarquias não é vinculativo. É crucial garantir a participação ativa e informada das comunidades afetadas para desenvolver soluções que sejam socialmente justas, culturalmente sensíveis e ambientalmente responsáveis,

6 - As instalações dos parques solares podem levar ainda a impactos socioeconómicos adversos para as comunidades locais, especialmente aquelas que dependem da terra para sustento, resultando na perda de meios de subsistência, deslocamento forçado e agravamento das desigualdades sociais,

7 - A promiscuidade do negócio de terrenos agrícolas baratos e o subsequente pedido de implementação de parques solares, transformando-os em urbanos, desvirtua o princípio de atribuição de classificação a esses terrenos, muitas vezes dispensando o estudo de impacto ambiental, bastando para isso que o terreno tenha até 100 hectares.

Estas instalações abusivas representam ainda uma ameaça significativa aos ecossistemas naturais e geram perda significativa de área florestal, levantando sérias preocupações ambientais e ecológicas, nomeadamente a degradação da Reserva Agrícola, comprometendo a qualidade do solo, essencial para a produção de alimentos. A substituição de áreas agrícolas por infraestruturas contribui para a perda de terras aráveis, ameaçando a segurança alimentar.

Por outro lado, o desmatamento promove a perda de biodiversidade pois, em muitos casos, a implantação de parques solares implica o abate de árvores protegidas, como o sobreiro, que desempenham um papel vital nos ecossistemas locais. Essas árvores fornecem habitat para uma variedade de espécies e o seu abate para dar lugar aos painéis solares contribui para a perda irreversível de biodiversidade.

A vasta extensão de terras necessárias para a instalação de parques solares contrasta com a eficiência no uso de recursos e traduz-se num uso Ineficiente de espaço pois, em vez de ocupar grandes áreas de reserva agrícola ou ecológica, seria mais apropriado promover a instalação de parques solares em áreas urbanas ou em terrenos já degradados. A cobertura extensiva por painéis solares pode interferir na capacidade do solo para absorver e reter água, o que prejudica a recarga de aquíferos e aumenta o risco de escassez de água em regiões já propensas a secas.

Em nome da sustentabilidade não se pode destruir o ambiente. É crucial reconhecer que a substituição indiscriminada de áreas florestais por parques solares pode, não apenas falhar em reduzir efetivamente a pegada de carbono, mas também causar danos significativos aos ecossistemas e à qualidade ambiental geral. A abordagem para a transição para fontes de energia renovável deve ser cuidadosamente planeada, levando em consideração não apenas a geração de energia mas também a sua preservação.

O Estado responsável, deve adotar uma abordagem mais sustentável e ponderada na implementação de projetos de energia renovável, auscultando as autarquias e as populações locais pois, antes de comprometer áreas sensíveis, é crucial explorar alternativas mais sustentáveis, como a instalação de parques solares em áreas urbanas, edifícios ou terrenos degradados, o que minimizaria o impacto ambiental e preservaria ecossistemas.

No caso da implantação de parques solares ser feita junto de comunidades, essas populações afetadas devem ainda carecer de compensações financeiras, ou outras, refletindo-se nomeadamente ao nível da tarifa energética.